

Conflitos ambientais urbanos e processos de urbanização na Ressaca Lagoa dos Índios em Macapá/AP

Urban environmental conflicts and urbanization processes at Ressaca Lagoa dos Índios, Macapá/AP

Gloria Maria Vargas
Cecília Maria Chaves Brito Bastos

Resumo

O estudo aborda os conflitos ambientais resultantes do processo de urbanização do território da Ressaca Lagoa dos Índios em Macapá/Amapá, ocorrido nas últimas décadas do século XX. O objetivo é analisar e avaliar as formas de ocupação do território, considerando o histórico desse processo; os agentes transformadores do espaço; os impactos ambientais; e os conflitos desencadeados, a partir das diferentes visões e usos dados ao território. Utilizou-se como metodologia: pesquisa documental, observação participante na área e conversas informais com os agentes políticos institucionais, econômicos e sociais. Concluiu-se que na luta em torno do território da Lagoa, cada grupo tenta impor sua visão de mundo procurando legitimar suas representações para garantir a continuidade da sua forma de apropriação dos recursos.

Palavras-chave: conflitos ambientais; urbanização; território; Lagoa dos Índios; Ressaca.

Abstract

This paper approaches the environmental conflicts that have resulted from the urbanization process of the Lagoa dos Índios territory in the city of Macapá (Northern Brazil), which occurred during the last decades of the twentieth century. The purpose is to analyze and evaluate the forms of occupation of the territory, considering the history of that process, the agents that transform the space, the environmental impacts and the conflicts that stem from different views and uses of the territory. The methodology was: documentary survey, participant observation in the area and informal conversations with political-institutional, economic and social agents. We concluded that in the dispute for the territory of the Lagoa, all the groups involved try to impose their worldview in order to legitimate their representations and guarantee the continuity of their own way of resource appropriation.

Keywords: : environmental conflicts, urbanization, territory, Lagoa dos Índios, undertow.

Introdução

A Lagoa dos Índios é uma das muitas áreas úmidas do município de Macapá, denominada Ressaca.¹ É uma área marcada pelo crescente e desordenado processo de crescimento urbano do estado do Amapá, ocorrido, principalmente, a partir das duas últimas décadas do século XX. Situada na bacia do igarapé da Fortaleza, a oeste do núcleo urbano de Macapá, próxima à fronteira com o município de Santana, essa área comporta uma comunidade que se considera remanescente de quilombo há mais de dois séculos.

Há, no território da Ressaca Lagoa dos Índios, o enfrentamento entre cultura tradicional e vetores da modernidade, o que tem implicado danos tanto para o ambiente como para a comunidade negra. Nesse território, o uso dos recursos naturais mudou de sentido, deixou de ser somente para a sobrevivência da comunidade, para converter-se em bem de usufruto econômico privado e construções de diversas ordens, demarcando, cada vez mais, o processo de invisibilidade expropriadora a que foi submetida a comunidade negra, desde o século XVIII (Bandeira, 1990).

A partir desse contexto, a pesquisa procurou analisar e avaliar as formas de ocupação do território, considerando o histórico desse processo; os agentes transformadores do espaço; os impactos ambientais; e os conflitos desencadeados, a partir das diferentes visões e usos dados ao território.

A pesquisa foi desenvolvida entre os anos de 2004 e 2006 e como procedimento metodológico adotou três instrumentos: 1) coleta de documentos em órgãos federais,

estaduais e municipais; 2) observação participante realizada durante visitas à área; e 3) conversas informais com os agentes políticos institucionais, os agentes econômicos locais e os agentes sociais.

Conflitos ambientais urbanos e território

O campo dos conflitos ambientais tem possibilitado relacionar questões que envolvem o urbano e seu ambiente. Essa possibilidade é constituída à medida que a análise dos conflitos ambientais permite avaliar as diferentes formas de uso, de apropriação e de significação de um determinado território urbano e seus recursos, considerando-se as práticas políticas, socioeconômicas e culturais estabelecidas pelo grupo social que ali reside.

Paul Little (2001) é um dos estudiosos que aponta a abordagem dos “conflitos socioambientais” como um importante campo de estudo e de ação política. Segundo o autor, esses conflitos são produzidos pelo embate entre grupos sociais, em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico, que envolve o meio social e natural. Essa definição focaliza o relacionamento dinâmico e interdependente entre o mundo biofísico e o mundo social e identifica as novas realidades socioambientais que surgem da interação entre esses dois mundos. Conforme Little, os conflitos relacionados aos recursos naturais geralmente são sobre as terras que contêm tais recursos e, portanto, entre os grupos humanos que reivindicam essas terras como seu território de moradia e vivência. Por isso é interessante

situar os conflitos sobre as terras a partir das dimensões políticas, socioeconômicas e culturais (Little, 2001).

Henri Acselrad (2004) é outro autor que avança na discussão sobre “conflitos ambientais”, colocando-os como aqueles que envolvem grupos sociais que têm modos diferenciados de apropriação, uso e significação dos recursos naturais. Esses conflitos têm origem quando, pelo menos, um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio, ameaçadas por impactos indesejáveis – seja no solo, na água, no ar ou nos sistemas vivos –, decorrentes do exercício das práticas de outros grupos que passam a interagir no território. Acselrad afirma que essas práticas são, antes de tudo, condicionadas pelas formas sociais e culturais, ou seja, pelas opções de sociedade e pelos modos culturais prevalentes.

Considerando os pressupostos dos autores acima, o campo dos conflitos estruturados em torno da questão urbano-ambiental se estabelece a partir da dinâmica intrincada de relações e disputas de poder que se traduzem em ações diferenciadas pelo acesso e uso dos recursos do meio urbano. Para Costa e Braga (2004), as cidades convivem com diferentes lógicas de apropriação e uso do espaço urbano, configurando o modo como se organizam as relações socioespaciais e as formas de apropriação do território e seus recursos.

A construção do território, nesse sentido, se faz no processo da interação contínua entre uma sociedade em movimento e um espaço físico particular que se modifica permanentemente de acordo com as condutas dos grupos sociais. No processo de construção do território, o ambiente modifica-se e, ao

mesmo tempo, é modificado. Conforme Little (2001), o conceito de território surge, assim, como um produto histórico de processos sociais e políticos.

Na mesma direção, Haesbaert (2004) considera que o território é produto da apropriação de um dado segmento do espaço, por um dado segmento social, nele estabelecendo-se relações políticas de controle ou relações afetivas identitárias e de pertencimento.

Dessa forma, pode-se dizer que o território da Lagoa dos Índios é resultado de ações acumuladas através do tempo, tornando-se o produto de uma construção social que inclui o regime de propriedade, os vínculos simbólicos que se reproduzem no espaço apropriado específico, a história da ocupação plasmada e guardada na memória coletiva, os usos a ele designados e as formas da sua defesa.

Considera-se, então, que a produção dos conflitos ambientais urbanos na Ressaca Lagoa dos Índios diz respeito a um movimento simultâneo das condições territoriais e ecológicas, estimulada pelos impulsos das relações entre forças externas e internas à unidade territorial, ecológica, histórica ou socialmente determinada. Segundo Coelho (2005), é a partir desse movimento que os conflitos gerados por impactos ambientais constituem processos de mudanças territoriais e ecológicas causadas por “perturbações” diversas no ambiente, a exemplo das ações modernizantes como a construção de um objeto novo, uma estrada ou uma indústria no ambiente.

Diante dessa percepção, Acselrad (2004) considera que os objetos que constituem o “ambiente” não são redutíveis a meras quantidades de matéria e energia, pois eles também são culturais e históricos. Todos os objetos do

ambiente, todas as práticas sociais e culturais desenvolvidas nos territórios e todos os usos e sentidos atribuídos ao meio interagem e conectam-se material e socialmente.

Essa forma de compreender o conceito de território demarca, cada vez mais, a íntima relação entre a questão urbana e a questão ambiental (Monte-Mor, 1997), pois não é possível separar a sociedade de seu ambiente físico, já que as duas dimensões constituem um mundo material socializado e dotado de significados.

Nesse estudo os conceitos de conflitos ambientais e território são essenciais para a análise das práticas humanas no ambiente urbano. Assim, de acordo com a abordagem conceitual procedeu-se à identificação das principais mudanças no espaço urbano da área da Ressaca Lagoa dos Índios, de maneira a verificar as diferentes formas históricas de apropriação, ocupação e organização social do território estudado, conforme a seguir.

Processo de ocupação da Lagoa dos Índios

A Ressaca Lagoa dos Índios, segundo seus moradores, inicialmente foi habitada por indígenas e em seguida pelos negros que ocuparam a região após o término do projeto colonial português, na segunda metade do século XVIII. Contudo, é difícil saber como índios e negros estabeleceram relações na Lagoa e que processos “adaptativos” vivenciaram (Little, 2001). Consta na memória de seus habitantes que, provavelmente, os negros que se instalaram na região são provenientes das relações escravagistas, estabelecidas durante o projeto

de construção da Fortaleza São José de Macapá, ou originários da vila de Mazagão edificada no mesmo período.

O local onde os negros da Lagoa dos Índios se fixaram é conformado por rios, furos, igarapés e lagos, constituintes da floresta tropical de áreas úmidas e de terra firme, o que lhes permitiu progressivamente constituir-se como grupo relativamente isolado e protegido dos interesses escravagistas no período colonial. No recurso à fuga e à procura de uma existência livre como estratégia de sobrevivência, encontraram na bacia hidrográfica do igarapé da Fortaleza condições favoráveis para a realização de sua existência, o que explica, possivelmente, a forma como os moradores foram construindo modos de vida e de trabalho na região (Gomes, 1999).

No memorial descritivo da comunidade existe uma carta, de 1802, que refere a partilha das terras para a comunidade com o nome São Pedro dos Bois. E que, a partir dessa partilha, outras vilas se formavam com várias famílias que vieram para a região da Lagoa. Porém, no decorrer do século XX, essas vilas se separaram, se desfizeram. De uma única partilha, que era a posse São Pedro, surgiu a Lagoa de Fora, o Coração, o Porto do Céu. Consta também no memorial que em 1962 foi emitida, pela Divisão de Terras e Colonização, Carta de Adjudicação² em favor dos herdeiros Antonio Guardiano da Silva, José Raimundo da Silva, Auta Maria da Conceição, Raimundo Cândido da Silva e Manoel Joaquim dos Santos, dando-lhes direito à posse das terras.

Ao longo dos séculos XIX e XX, os moradores se estabeleceram na região e iniciaram um processo de intervenção no ambiente, configurado pela construção de moradias e pelas

atividades de pesca, pequenas plantações e criação de gado. Por muitos anos, a forma de vida e de trabalho caracterizado pelas ações do grupo pouco pressionou os recursos naturais da região. Assim, presentemente, percebe-se que, durante muito tempo, as alterações provocadas pela presença dos moradores negros foram tímidas e quase não modificaram o ambiente da Lagoa.

O território pertencente aos primeiros habitantes negros era de difícil acesso e constituía uma área bastante grande que acompanhava, praticamente, todo o entorno da Lagoa dos Índios. Na época, a área explorada por eles era de uso comunal, e as primeiras moradias foram feitas às margens do igarapé da Fortaleza, por ser ambiente propício para a agricultura e aquisição de alimentação.

No presente, a expansão urbana, provocada pelo crescimento demográfico – que se deu de forma horizontal – e pelas construções de novos empreendimentos no território, desarticulou a forma de vida e as atividades desenvolvidas pela comunidade. As novas dinâmicas ocorridas no território da Lagoa dos Índios, corroboradas pelo processo de urbanização da cidade de Macapá, levaram a comunidade negra a viver uma situação de conflitos e confrontos com novos agentes que vêm transformando o território.

No decorrer das visitas à área, foi possível perceber a presença dos novos agentes no espaço da Lagoa dos Índios, conforme abaixo:

1) Vila comunitária – local onde reside a maioria dos membros da comunidade negra.

Nesse local há o Centro de Convivência, a Igreja Católica Nossa Senhora do Carmo, a Escola Estadual Lagoa dos Índios, as casas dos moradores e alguns terrenos de particulares.

2) Casas de moradores e mansões ao longo do ramal Lagoa dos Índios – local de acesso à rodovia Duque de Caxias³ (atualmente rodovia Duca Serra);

3) Conjuntos residenciais Cabralzinho, Buriti e Cajari e empreendimentos comerciais;

4) Complexo penitenciário e órgãos de apoio ao transporte – Serviço Social de Transporte (SEST) e Serviço Nacional de Apoio ao Transporte (SENAT);

5) Bairros Marabaixo I e II, III e IV; e

6) Grandes terrenos deixados por herança e titulados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), tanto para pessoas de fora do grupo como para moradores negros. O acesso a esses terrenos se dá pelo chamado Ramal do Goiabal e por ramais secundários. Nesses terrenos existem pequenos igarapés que deságuam no igarapé da Fortaleza.

As novas dinâmicas de ocupação do território da Ressaca são evidenciadas pelas ações de grupos privados e do poder público que exercem pressão sobre o território da Ressaca e, conseqüentemente, sobre a área da comunidade negra.⁴

A seguir descrevem-se os agentes e impactos ambientais que vêm sendo desenhados na área da Lagoa e que se contrapõem ao modo como a comunidade remanescente de quilombo vinha convivendo com aquele território.

Impactos ambientais decorrentes do processo de urbanização e especulação imobiliária

A área Lagoa dos Índios – bem como as demais Ressacas de Macapá e Santana – foi tombada como patrimônio natural pela Lei n. 0455/1999. Entretanto, essa Lei não foi suficientemente eficaz para combater às diversas agressões verificadas na Ressaca.

O território da comunidade quilombola da Lagoa dos Índios se destaca por ser, ainda, um local que abriga uma paisagem natural relativamente exuberante dentro da cidade de Macapá. Em função de sua preservação e de sua localização, próxima ao centro da cidade, a Ressaca representa, hoje, no município, uma das áreas mais cobiçadas pela especulação imobiliária com a presença de empresas de prestação de serviços, bairros, conjuntos residenciais e loteamentos instalados recentemente, conforme caracterização no item anterior.

As políticas traçadas pelos governos federal, estadual e municipal para a economia amapaense, por meio de grandes projetos agro-industriais – desde os anos 1950 – e a recente implantação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS) foram responsáveis pela atração de um número elevado de pessoas para a região que vieram em busca de uma perspectiva econômica e social (Porto e Costa, 1999). Isso contribuiu mais ainda para o crescimento acelerado da cidade, principalmente durante as décadas de 1980 e 1990, onde ruas foram abertas sem nenhum critério, empresas de diversas naturezas foram

erigidas nos mais diversos locais da cidade, loteamentos foram criados e conjuntos habitacionais foram construídos, sem os mínimos critérios de uso e ocupação do solo.

É interessante observar que até 1980 a comunidade negra não havia se preocupado com o processo de especulação imobiliária trazida pela acelerada urbanização da Lagoa nem com a questão das demarcações de suas terras. Assim, até o final dos anos de 1990, os objetivos do Estatuto da Associação dos Moradores da Comunidade Lagoa dos Índios (AMCLI), fundada em 28 de julho de 1995, reafirmavam as características rurais da comunidade, esboçando apenas uma preocupação com a “devastação da área”.

O território quilombola sentiu os efeitos da instalação de empreendimentos governamentais (como a construção da rodovia Duque de Caxias e do Complexo Penitenciário) e de empresas diversas, constituição de conjuntos habitacionais e loteamentos, edificações que foram redesenhando o território da Ressaca. Atualmente, a comunidade negra vivencia diversos impactos relacionados às novas dinâmicas impostas ao seu território, dentre elas a perda de legitimidade de parte significativa de suas terras, aliada à forte antropização da área, evidenciando a perda dos recursos naturais que, até bem pouco tempo, constituíam a base de sua sobrevivência.

Portanto, essas novas práticas urbanas configuradas no espaço da Lagoa dos Índios vêm motivando situações conflituosas em relação ao modo de vida e de trabalho do segmento quilombola dentro do ecossistema Ressaca.

Contudo, decorrente do processo de urbanização e especulação imobiliária, a própria comunidade negra foi vendendo seus

terrenos deixados por herança e titulados pelo Incra-AP. Esse órgão, em novembro de 2005, fez um levantamento das propriedades com títulos definitivos localizados na área contestada. O levantamento destacou que no território reivindicado pela comunidade existem, atualmente, vinte posses. Desse número, dez têm recibo de compra e uma está em processo de regularização fundiária tramitando no Incra. Os títulos definitivos concedidos pelo Incra-AP aos proprietários, datados entre 1978 e 1999, correspondem a um total de 379,6604 hectares. Vale ressaltar que entre proprietários com título definitivo estão pessoas descendentes da comunidade e pessoas que adquiriram terrenos ao comprarem de descendentes de moradores negros (terras deixadas por herança).

Há, também, terrenos com título definitivo que ficam próximos ao território reivindicado pela comunidade negra, mas que exercem pressão sobre o ecossistema Ressaca. Os técnicos do Incra localizaram quatro terrenos titulados, entre 1982 e 1984, com extensão variada.

Portanto, os riscos atuais aos quais está exposta a área da Ressaca Lagoa dos Índios decorrem principalmente de conflitos em torno da ocupação do território urbano e de seu planejamento. A preocupação, desse modo, não recai apenas sobre os aspectos físicos e naturais, mas também sobre a implantação de infraestrutura funcional; a organização socioeconômica e cultural; a preservação do patrimônio histórico e natural; a melhoria da qualidade de vida dos moradores. Aspectos que os responsáveis pelo planejamento da cidade e pela sociedade em geral devem considerar.

Observando-se as situações que evidenciam problemas socioambientais na área da Lagoa, uma questão importante deve

ser avaliada: os agentes agressores do meio ambiente urbano podem ser tanto agentes específicos – empresas prestadoras de serviço – quanto agentes difusos – conjunto de proprietários de residências, banhistas. Porém, quanto aos agentes afetados pela degradação, esses são específicos – grupo quilombola empobrecido que sofre os efeitos de forma mais imediata, habitantes do local afetados pela poluição da Lagoa. Por isso, é primordial identificar a problemática da intermediação de interesses que envolvem atores plurais e difusos nessa questão, inclusive o Estado.

Descrição dos impactos

1) *Alterações causadas pelo avanço do espaço transformado sobre o espaço natural da Ressaca Lagoa dos Índios*

A atratividade da Lagoa, por sua beleza natural e estética, acelerou o processo de crescimento urbano da sua área, com a presença crescente de novos moradores, o que tem trazido problemas variados. Problemas causados principalmente pela falta de planejamento institucional para o uso do território da Ressaca.

A ausência de planejamento por parte dos órgãos responsáveis pelo ordenamento territorial e urbano, os aqui chamados agentes político-institucionais, possibilitou o aumento do número de construções e atividades comerciais no território da Lagoa que, a cada dia, sofre de forma mais contundente com a pressão antrópica sobre os recursos naturais, alterando a paisagem local. A Lagoa, há cerca de duas décadas, era considerada no planejamento do município como zona rural de Macapá; porém, com o crescimento populacional da cidade,

hoje, ela se encontra dentro da área urbana na parte oeste do município. Atualmente, é como se existisse outra cidade composta pelos conjuntos residenciais, pelos bairros e loteamentos que formam um enorme conglomerado urbano (Veiga, 2003). Isso significa que a parte oeste da cidade sofreu um forte processo de antropização, passando a crescer, então, para o entorno da Lagoa, processo que vem deixando visíveis os problemas ambientais na área.

A falta de planejamento e de políticas públicas urbanas tem possibilitado a autorização de construções de porte variado, sem levar em conta as atuais limitações infraestruturais da Ressaca. Desse modo, o aumento do número de residências e de atividades na área, e a falta de saneamento básico concorrem para a saturação do ecossistema da Lagoa.

As empresas pesquisadas foram unânimes em afirmar que sempre utilizaram tratamento de esgoto próprio, aprovado pelos órgãos ambientais. Já os representantes dos conjuntos habitacionais garantiram que têm lixo coletado pela Prefeitura Municipal de Macapá (PMM) e água tratada em poço tubular, mas não tem tratamento de esgoto.

Quanto aos bairros ou loteamentos mais novos localizados do entorno da Lagoa não possuem coleta de lixo nem tratamento dos resíduos sólidos e líquidos. Assim, percebe-se que o esgoto proveniente das instalações mais recentes é diretamente lançado *in natura* no solo ou dentro da parte alagada da Ressaca. É visível o descarte dos efluentes líquidos e dos detritos domésticos dentro dos corpos hídricos do ecossistema, produzidos pela presença de atividades de órgãos públicos e das habitações. Essa prática está relacionada à falta de monitoramento e fiscalização pelos órgãos

ambientais, mas, sobretudo, pela quase ausência de infraestrutura urbana do município que não oferece serviços de saneamento básico para a cidade e, conseqüentemente, para a área estudada.

Observa-se que o Instituto de Administração Penitenciária do Estado do Amapá (Iapen), agente político institucional, segundo nossa caracterização, é um dos maiores poluidores da área. O Iapen é responsável pela presença de águas residuais e detritos humanos que lentamente polui e degrada a área da Lagoa, pois a rede de esgoto não é suficiente para atender toda a demanda da penitenciária. O Instituto despeja os efluentes líquidos e demais detritos sob o solo, que aos poucos se infiltra nos corpos hídricos.

A falta de saneamento básico, responsabilidade do poder público e, portanto, a cargo do agente político institucional; o aumento indiscriminado de construções, provocadas pelas ações dos agentes econômicos; e a abertura de ruas e avenidas sem pavimentação têm acen tuado o processo de erosão do solo e carreamento de sedimentos para o leito dos cursos de água da Ressaca.

Também, contribui para a contaminação e degradação da área a presença de banhistas e pescadores que jogam diretamente na Lagoa, entre outras coisas, garrafas de vidro e resíduos sintéticos (plásticos), configurando a problemática da ação de agentes sociais. Essa poluição é provocada pela atividade constante de pessoas que utilizam ou simplesmente passam pelo local. Um dos lugares mais afetados por essas atividades é a área localizada ao longo da rodovia Duque de Caxias – que atravessa a Ressaca e liga Macapá ao município de Santana. Algumas pessoas utilizam a ponte

da rodovia, nos dias de semana e, principalmente nos finais de semana, para o lazer e a pesca. Os resíduos decorrentes destas atividades – garrafas de bebidas alcoólicas, sacos e garrafas plásticas, além do fogo usado para assar o peixe apanhado no local – são deixados pelos pescadores e banhistas dentro ou na borda da Lagoa.

Em decorrência dessas atividades, dois diagnósticos foram realizados na Ressaca Lagoa dos Índios: um elaborado por Maciel (2001), a partir da solicitação da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Amapá (Sema), e outro por Takiyma e Silva (2003), por meio do Instituto de Estudos e Pesquisa do Estado do Amapá (Iepa). Os diagnósticos apontaram que existe um processo de eutrofização artificial da Lagoa, causado pela intensa ocupação no seu entorno e pela emissão constante de detritos, o que tem provocado aumento significativo de matéria orgânica, facilitando formação de gases venenosos (metano e enxofre), causando a morte dos peixes e tornando a água proibitiva ao consumo humano. A imensa sedimentação na Lagoa provocada pela ação antrópica, pelo aterramento e pela presença de vegetação macrófita, dificulta a penetração dos raios solares na água. Devido a esse processo, há quebra da estabilidade do ecossistema, ocasionando um desequilíbrio entre a produção da matéria orgânica, o consumo e a deposição de lixos de toda natureza.

Assim, observa-se que a implosão demográfica dos agentes sociais, a explosão das atividades socioeconômicas dos agentes econômicos locais e a negligência e falta da ação dos agentes político-institucionais têm transformado os espaços urbanos da Ressaca. As alterações causadas pelo avanço do

espaço transformado sobre o espaço natural fizeram com que o impacto degradante das ações humanas afetasse diretamente a Ressaca Lagoa dos Índios, deteriorando o ambiente urbano nas suas características físicas, naturais e socioculturais. Por isso, em relação a esse aspecto, Oliveira e Hermann (2005) lembram que nas cidades a noção de ambiente deve ser vista de maneira mais ampla, incorporando aspectos naturais, infraestruturais e paisagísticos, indispensáveis ao seu funcionamento como habitat humano.

2) Alterações caracterizadas pela supressão da mata ciliar

Com a pressão imobiliária exercida sobre a Ressaca pelos agentes econômicos locais, a mata ciliar da Lagoa está quase extinta em boa parte de sua borda. A instalação da rodovia Duque de Caxias pelos agentes políticos institucionais e as diversas construções provocaram a retirada da mata ciliar da Ressaca e, como consequência, o deslocamento da fauna, decorrente da extinção de seu habitat e da redução das áreas de refúgio e alimentação das espécies; além disso, provocaram erosão e assoreamento da Lagoa (Takiyama e Silva, 2003).

Dentre as edificações que contribuem para a retirada da mata ciliar está o complexo comercial de propriedade particular (casa noturna Choperia da Lagoa), o supermercado Y Yamada e a Faculdade de Macapá FAMA). Todos esses empreendimentos localizados no espaço do antigo supermercado Casa das Carnes. Esse complexo vem ocupando completamente a borda da Ressaca, lugar de mata ciliar, no lado direito da rodovia Duque de Caxias.

Para o complexo comercial, a Sema exigiu em 1997 o Plano de Controle Ambiental

intitulado “Urbanização da margem adjacente da Lagoa dos Índios a Casa das Carnes”. O objetivo do plano era conter o elevado grau de degradação ocasionado pela retirada da mata ciliar, pelo despejo de lixo e pela ocupação desordenada da área. Naquela época, o documento referia-se ao fato de que o Supermercado Casa das Carnes estava “implantado e desenvolvendo suas atividades próxima a uma área de Ressaca, mesmo sendo considerada área de Preservação Permanente, mencionada no Art. 18 da Lei n. 6.938/81” (1997, p. 4). A justificativa dessa intervenção era “harmonizar as edificações ali implantadas através de suas áreas de lazer, com contemplação visual que a Lagoa oferece, facilitando através de acessos urbanizados, a aproximação das pessoas com a natureza”. O plano evidenciava a implantação de uma barreira de contenção que visava conter futuros processos de erosões naturais, bem como a degradação pela interferência humana, já que a área ficaria sob vigilância constante dos órgãos ambientais.

Contudo, o jornal *Folha do Amapá* (26/8/05) refere-se às obras de ampliação das instalações como sendo “um crime ambiental” praticado contra a Lagoa dos Índios. E acrescenta:

As obras de ampliação [da Fama] estão invadindo a Lagoa, aterrando aquela área de Ressaca já tão maltratada pelas mãos, não de invasores comuns, mas de gente esclarecida que a princípio teria de dar em primeiro lugar o exemplo.

No final questiona se esse tipo de obra tem licença ambiental. E se tem, “é no mínimo estranho que as autoridades ambientais do Estado e do município a tenham liberado”. Com isso, confirma-se a questionável convergência entre

os interesses do complexo comercial do agente econômico local e as intervenções dos agentes político institucionais, em particular da Sema, que, a princípio, deveria proteger a qualidade dos recursos ambientais, impedindo dessa forma, a expansão das obras.

Do lado esquerdo da rodovia Duque de Caxias (sentido leste-oeste), na margem da Lagoa, existe a empresa revendedora de bebida Skol, seguida por várias concessionárias de veículos, todos agentes econômicos locais, que, apesar de não serem focos de questionamentos, também não respeitam os limites para proteção da mata ciliar. A revendedora de bebida também já construiu calçada e implantou projeto de ambientação, ocupando a área reservada para proteção da vegetação. As concessionárias de veículos têm inclusive um restaurante para atender aos funcionários nos limites da área de proteção permanente. É interessante verificar, ainda, que ao mesmo tempo em que há a retirada da mata ciliar ocorre a deposição de entulhos e restos de material provenientes das construções e das atividades executadas naquele espaço da Lagoa.

O que se verifica, então, é a falta de atuação eficiente dos agentes político-institucionais e, portanto, o avanço das atividades dos agentes econômicos locais que transformam o território para suas atividades econômicas, sem considerar os danos ambientais ao ambiente urbano e as populações que vivem dos recursos do ecossistema da Lagoa.

3) *Modificação do relevo da Lagoa*

As cavas para extração da argila para produção de tijolos e a disposição inadequada de rejeito estão modificando o relevo de algumas partes da Lagoa dos Índios. Atualmente,

a Lagoa tem sido poluída em decorrência das atividades das empresas produtoras de tijolos e telhas (olarias) e das atividades realizadas por barcos e voadeiras de pequeno porte, que transportam os mais variados produtos e materiais, ao longo dos canais que se ligam ao Igarapé da Fortaleza.

Como consequência desse impacto, os sedimentos finos (argila, silte e areia fina) são transportados para os corpos hídricos locais, ocorrendo o assoreamento da Lagoa e alterando a morfologia das drenagens. O assoreamento altera também a qualidade das águas (sólidos em suspensão) e a vazão em determinada época do ano (período seco ou chuvoso), interferindo na vida das espécies da flora e da fauna aquáticas (Takiyama e Silva, 2003) e, conseqüentemente, das atividades de pesca da comunidade quilombola.

Dessa forma, as empresas – agentes econômicos locais – que extraem material, recursos naturais de dentro da lagoa, produzem um dano ambiental muito grave, às vezes irreversível, com essas atividades. No entanto, apesar dos agentes sociais da região terem tentado negociar medidas compensatórias e reparadoras para evitar a degradação da Lagoa pelas atividades econômicas, as empresas não têm tido sensibilidade para tais negociações, conforme relato do presidente da ONG, Amigos em Ação. Mais uma vez, a falta de ação e a negligência dos agentes político-institucionais e das ações dos agentes econômicos locais parecem caminhar juntas, produzindo como resultado a degradação da Lagoa e a diminuição do bem-estar e das possibilidades de reprodução social dos agentes sociais que dela e nela vivem.

4) Destruição do ecossistema Ressaca pelas queimadas

A seca, principalmente no verão, ocasiona focos de queimadas na Ressaca, provocando a morte de animais e a redução da vegetação na área. A Associação de Mulheres Negras da Comunicada Lagoa dos Índios (AMNCLI) vem afirmando que desconhecem a origem dos incêndios que ocorrem na Ressaca e que as queimadas constantes trazem perdas para a comunidade, principalmente porque elas estão relacionadas diretamente com a extinção da fauna aquática (peixe, tartaruga, etc.). É interessante ressaltar que a pesca é uma das poucas atividades ainda existentes na comunidade.

Para o Corpo de Bombeiros do Amapá (CBA), as queimadas na Lagoa dos Índios ocorrem geralmente no verão, quando a temperatura está muito elevada. O CBA aponta que os motivos para o início de uma queimada podem estar associados ao ciclista que passa na rua e joga uma “bituca” de cigarro na vegetação seca; ao morador que pesca e faz fogo nas margens da lagoa para assar o peixe – algo comum na área – deixando vestígios de fogo, muitas vezes potencializado pelo vento constante no local; ou, também, pela existência de garrafas de vidro que entram em contato com o sol intenso, sofrendo processo de combustão no local.

A forma de controle do fogo, em geral, é feita com abafadores, mas quando não é possível sua utilização, os bombeiros recorrem à água, método antigo e pouco econômico. Também, algumas vezes, o CBA utiliza o método dos aceiros nos incêndios de grande proporção. Contudo, apesar da ação de fiscalização e monitoramento da área os órgãos ambientais não

têm conseguido evitar as constantes queimadas no local.

A respeito das queimadas, os gestores da Sema afirmam que o fogo é provocado pela pesca e consumo de lazer que deixa resquícios. Outra causa apontada é a queima do lixo dos moradores do entorno que não verificam a extinção total do fogo após a queima. Em geral, constata-se que são os agentes sociais os mais responsáveis pelas queimadas e os seus impactos na Lagoa.

Considerações sobre os agentes

Em decorrência dos impactos ocorridos na Lagoa dos Índios, observaram-se três tipos de agentes presentes no plano local: econômicos, sociais e político-institucionais.

Segundo Costa e Braga (2004), os agentes econômicos são aqueles constituídos por um agrupamento de setores empresariais, com interesses comuns, cujas atividades econômicas estão condicionadas pelas ações de regulamentação e provisão de condições gerais de produção no âmbito local. Os agentes econômicos locais são, portanto, as empresas que dependem diretamente das regulamentações feitas pelo governo, como é o caso das empresas prestadoras de serviços e de produção, das incorporadoras imobiliárias e do setor de diversão pública. Inclui-se dentre esses agentes econômicos, as empresas cuja instalação ou ampliação estão sujeitas a restrições impostas pela lei de uso e ocupação do solo.

Ainda segundo os autores supracitados, agente social é aquele agrupamento de instituições e/ou grupo social com interesses comuns, cuja atividade de reprodução está

condicionada pelas ações de bens comuns, também no âmbito local. Assim, os agentes sociais são constituídos pelo grupo que se formou a partir das práticas sociais e da construção de uma identidade que faz referência a sentimentos de pertencimento do lugar, a um estilo de vida diferenciado daquele imposto pela lógica de mercado – o caso do grupo quilombola.

Cabe acrescentar nessa caracterização os agentes político-institucionais. Esses agentes são aqueles constituídos pelo poder público e por suas instituições que, por ação, omissão ou negligência, impõem ou desencadeiam um uso do território a partir do modo como estabelecem suas políticas, sendo considerados, portanto, também como produtores de espaço.

Por meio do trabalho de campo, da observação participativa no local e de conversas informais com moradores e representantes das instituições pesquisadas, os agentes apontados pela pesquisa foram identificados. A análise dos seus papéis na região permitiu fazer algumas inferências sobre suas ações e sua importância no desencadeamento da degradação ambiental e dos conflitos da Ressaca Lagoa dos Índios, expostos a seguir.

1) *Agentes políticos institucionais: o poder público*

O Estado é considerado pela literatura sobre conflitos socioambientais como aquele que tem maior peso nas ações que envolvem os interesses dos diferentes agentes em âmbito local. Enquanto produtor de espaço, o Estado é visto como um dos elementos centrais para a definição do valor de uma localidade. Contudo, conforme Penna (2003, p. 57) deve-se levar em consideração uma interpretação do sentido da produção social do espaço que ultrapasse

“uma análise simplesmente política do papel do Estado na reprodução e na crise da cidade para compreender a produção das relações sociais a partir da sua própria ação”.

Assim, em função de reverter tendências de ocupações, de gerar novas perspectivas de uso, de mobilizar áreas por meio de seu tombamento, de instalar grandes equipamentos e de criar infraestrutura, o Estado é o principal agente na valoração e na valorização do espaço.

Considerando-se as questões descritas anteriormente, com relação ao papel dos agentes político-institucionais, o poder público, nos conflitos ambientais, se define a partir da tensão entre desempenhar um papel de mediação do conflito ou definir-se como parte interessada nele (Sabatini, apud Costa e Braga, 2004). No âmbito local, as instituições públicas são extremamente vulneráveis às pressões de agentes econômicos, como foi confirmado no local de estudo. As políticas habitacionais tendem, portanto, a abrir obras de infraestrutura urbana para novas localizações para o mercado imobiliário que sustenta a especulação, relegando os moradores a uma invisibilidade expropriadora. Além disso, na esfera pública local ocorrem as disputas de interesses específicos existentes entre os diversos setores do poder, no que se refere aos objetivos das políticas ambientais urbanas. Essas disputas provocam conflitos entre poderes quanto às políticas ambientais, ou pela ausência delas.

Há, constantemente, uma fragmentação político-administrativa da questão urbano-ambiental, pois as políticas são implantadas de forma setorializada havendo pouco diálogo entre os diversos órgãos governamentais. Desse modo, quem cuida da questão ambiental

não responde pela ocupação do solo nem pelo saneamento. Já o órgão responsável pelo uso e ocupação do solo não responde pelas áreas verdes. Assim, também, ocorre com os órgãos responsáveis pela demarcação das terras quilombolas, o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), o Incra e a Fundação Cultural Palmares (FCP) que não dialogam com os responsáveis pelas demais questões que envolvem a comunidade negra.

No caso do estado do Amapá, existe a Secretaria Extraordinária dos Afro-Descendentes do Amapá (Seafro) que mantém parceria com a FCP e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) que atua em parceria como o MDA. A Seafro não recebe financiamento do governo do Amapá para suas funções, e fica, dessa maneira, mais vinculada aos órgãos federais, o que dificulta suas funções administrativas, processuais e de execução.

Ademais, cabe chamar atenção para o fato de que, nos níveis municipal, estadual e federal de governo, a cargo da Secretaria de Meio Ambiente e Turismo (Semat), Sema-AP, e o Ministério do Meio Ambiente (MMA), respectivamente, a política ambiental está desvinculada das demais políticas públicas e das políticas econômicas, pois ela não é considerada nem uma política social, nem uma política de desenvolvimento. Da mesma forma, a responsabilidade dos órgãos ambientais se restringe à gestão dos espaços verdes urbanos e a fiscalização das fontes fixas de poluição. Costa e Braga (2004) afirmam que a forma de considerar as questões voltadas para a política ambiental não tem possibilitado que essa política esteja vinculada a questões como saneamento, sistema de transporte e regulação do uso e ocupação do solo, pois são questões

que, no mais, ficam a cargo de órgãos não integrados, dotados de lógicas distintas e atuação pontual.

Há, também, contradição entre os objetivos e as diretrizes voltadas para as políticas urbanas, muito frequente entre as ações do executivo, legislativo e judiciário e os órgãos executores. Existem casos em que o legislativo elabora e aprova uma determinada lei, mas os órgãos do governo não se encontram preparados técnica ou financeiramente para executá-la.

Outra questão que envolve o poder público é o distanciamento entre as políticas propostas e a realidade dos processos de produção do espaço urbano. É o caso da política de uso e ocupação do solo e de proteção de áreas verdes. Muitas vezes, essa política fica meramente no plano discursivo – é o caso da Lei 0455/1999 sobre as Ressacas – e do Plano Diretor da cidade de Macapá, concebidos a partir de uma lógica normativa distante dos rumos já tomados pela produção do espaço urbano, no qual o aparato regulatório rígido contrapõe-se à realidade de produção do espaço mais flexível.

No próprio poder público ocorrem conflitos, como aqueles entre a agência ambiental e os órgãos do poder local, responsáveis pela realização de obras públicas. As obras do Instituto Penitenciário são emblemáticas nesse caso. A própria administração municipal provoca impacto sobre o meio ambiente, com obras de canalização de rios, implantação de aterros sanitários e depósitos de resíduos. Há, também, a ausência de continuidade administrativa, o que emperra as negociações dos problemas ambientais, feitas de forma lenta e por etapas de longo prazo.

2) *Agentes econômicos locais*

Conforme Santos e Silveira (2001), as grandes empresas organizam suas atividades criando circuitos espaciais de produção. Para funcionar, elas devem regular seus processos produtivos – hoje dispersos no território nacional –, sua circulação e sua contabilidade. Isso significa, de um lado, a existência de imperativos microeconômicos, internos à firma, capazes de vincular, por exemplo, áreas de cultivo e lugares de elaboração dos seus produtos e das embalagens necessárias, e, de outro, a existência de imperativos macroeconômicos, como sua participação mais ou menos explícita na fixação de tarifas de serviços e insumos. Esses imperativos supõem a permanente negociação da empresa com o poder público e com outras empresas, para redefinir seu comportamento político e os setores e lugares que lhe interessam. É desse modo que se definem e redefinem as localizações, as topologias de empresas.

As empresas privadas – concessionárias de veículos, revendedora de bebida e parte do complexo empresarial de propriedade particular (FAMA e Supermercado) –, entendidas aqui como todas as empresas que prestam serviços, direta ou indiretamente na área e caracterizadas como agente econômicos locais, vêm sendo alvo de críticas no tocante às responsabilidades na Lagoa dos Índios.

Os impactos negativos ao meio ambiente e à comunidade são comumente atribuídos a essas empresas. Interessadas nos lucros imediatos, com avidez pelo solo urbano para ampliação de seus empreendimentos e até para a especulação imobiliária, usam os recursos naturais e produzem lixo, poluição, dejetos despejados no meio em detrimento da melhoria da

qualidade de vida da população local e da melhoria do ambiente. Dessa forma, as empresas privadas aparecem no território como agentes produtores de impactos ambientais negativos ao invés de potenciais parceiros locais no desenvolvimento da área.

Os próprios órgãos estaduais e municipais explicitam que não existem iniciativas dessas empresas para a minimização dos impactos ambientais, produzidos por resíduos sólidos e líquidos, nem se percebem trabalhos educativos junto aos clientes, nem códigos de conduta, que mostrem que as mesmas podem regulamentar seus próprios comportamentos, afastando assim a necessidade de intervenção governamental. Assim, muitas críticas são feitas à ausência de ações e à falta de responsabilidade desses agentes. A questão está no fato de, na maioria das vezes, as empresas não estarem preocupadas nem com o meio ambiente – sustentáculo de seus investimentos –, nem com a socialização dos benefícios gerados por elas junto à comunidade.

Estariam sob responsabilidade dessas empresas: a implantação de técnicas para auxiliar o uso, de forma sustentável, dos solos, das águas e das florestas; a redução do lixo e da destinação final adequada do mesmo; o uso de forma adequada da energia; a proteção à comunidade quanto ao seu patrimônio cultural e a projetos sociais; o respeito à herança cultural da comunidade local, o investimento na conservação e recuperação de patrimônios naturais degradados e a minimização de impactos gerados pelo uso de materiais biodegradáveis.

As responsabilidades das empresas, como atores sociais, no desenvolvimento de atividades em escala local são, em tese, muitas, mas o desafio atual está em aproximá-las do

entendimento dessas responsabilidades, conforme preveem os órgãos do estado.

3) *Agentes sociais*

A comunidade local, aqui representada por duas associações, é importante protagonista na situação ambiental da Ressaca. Como agente social, não constitui um bloco monolítico de interesses, estruturando-se em grupos diferenciados e particulares. Portanto, não se trata de um único grupo de agentes sociais e, também, não existem bases consensuais, no que se refere a seus anseios e desejos, diante do destino da comunidade.

As duas associações representantes dos remanescentes de quilombo existentes na Lagoa dos Índios diferenciam-se pelo papel que vêm desempenhando junto aos moradores e pelos projetos requeridos para a comunidade. Nesse sentido, pode-se dizer que há dois grupos de interesses: os da Associação de Moradores da Comunidade Lagoa dos Índios (AMCLI), com cerca de 300 moradores associados, e da Associação de Mulheres Negras da Lagoa dos Índios (AMNCLI), com 376 mulheres associadas.

A disputa de poder entre as associações tem emperrado, em alguns momentos, o processo de decisão sobre as demandas da comunidade. Assim, elas, muitas vezes têm tido o papel de meras consultoras de políticas públicas, muitas vezes já preestabelecidas pelo poder público. Isso ocasiona a falta de participação da comunidade em todas as etapas de planejamento para a gestão ambiental e do território e das ações empreendidas pelos atores presentes na área. Além disso, essas associações não têm cumprindo o papel de vencer etapas como: elaboração de inventários dos recursos

naturais; estudos de potencialidades da área; e identificação daquilo que é considerado como herança numa comunidade, patrimônios que possam permanecer para as gerações futuras (inclusive o cultural).

A visível instalação de empreendimentos comerciais e imobiliários tem se constituído em um dos principais problemas para as famílias da Lagoa dos Índios. O frenético crescimento urbano-industrial na região comprime o território quilombola, e calcula-se que nos últimos vinte anos a comunidade perdeu aproximadamente 10 mil hectares de terras para empresas e demais empreendimentos comerciais.

Conflitos ambientais no território da Ressaca Lagoa dos Índios

No espaço da Lagoa dos Índios, os agentes político-institucionais, econômicos locais e sociais estão dotados de possibilidades diferenciadas para fazer significar suas ações e suas respectivas visões de mundo. Assim, na busca de formas de apropriação e uso do território e dos seus recursos, esses agentes enfrentam-se no terreno, medindo forças entre a imposição de novas condicionalidades econômicas e ambientais e a manutenção de atividades tradicionais. Considerando-se essa questão, foram definidos alguns conflitos socioambientais representativos na área.

Critérios de definição e tipologia dos conflitos ambientais

Por meio de documentos coletados e do referencial teórico baseado em Little (2001) e Acselrad (2004), buscou-se evidenciar dois critérios de análise, de acordo com as novas dinâmicas socioespaciais e ecológicas presentes na Lagoa dos Índios e a constituição e/ou participação dos agentes no local: os usos do território e as representações ou as visões de mundo e/ou significados dados a ele.

Os usos do território referem-se à forma como são apropriados, modificados e/ou construídos os objetos (Santos, 1994) presentes nele pelas práticas sociais específicas dos agentes. Acselrad (2004) afirma que há uma interface entre mundo social e sua base material. Assim, aquilo que as sociedades fazem com seu meio material

[...] não se resume a satisfazer carências e superar restrições materiais, mas consiste também em projetar no mundo diferentes significados – construir paisagens, democratizar ou segregar espaços, padronizar ou diversificar territórios sociais, etc. (p. 15)

É nesse sentido, então, que é importante salientar também a dimensão das representações ou visões de mundo, já que incide diretamente na forma como o território é usado pelos agentes. A variedade de visões de mundo ou representações compõe diversos usos que

se materializam no território da Lagoa e, portanto, define formatos de relações com a natureza ou com o ambiente construído.

De acordo com a definição dos dois critérios acima, apresenta-se uma tipologia dos conflitos ambientais baseados nas informações coletadas para o estudo.

1) *Conflito pela definição político-institucional do território*

Este conflito é provocado por interesses divergentes entre os órgãos responsáveis pela demarcação do território como patrimônio cultural (FCP, Seppir, Incra e Seafro) e órgãos ambientais que demarcam o território como área de preservação permanente (Sema e Iepa). As posições divergentes quanto à definição do território proporcionam uma fragmentação político-administrativa em torno de seu uso.

A FCP, a Seppir e o Incra realizam estudos para viabilizar o processo de demarcação e titulação das terras da comunidade negra. As ações dessas instituições voltam-se, principalmente, para: realização do Diagnóstico Socioeconômico da Comunidade Quilombola; elaboração e manutenção de projetos econômicos, objetivando o estudo dos aspectos da situação fundiária da área ocupada tanto pela comunidade como por outros agentes; além de avaliar o processo de urbanização e especulação imobiliária exercida na comunidade Lagoa dos Índios. Esses órgãos têm como prioridade a titulação do território da comunidade como área remanescente de quilombo.

O Incra enfrenta dificuldades na empreitada a que está designado – demarcar e titular a área da comunidade – por falha da própria instituição que, até o início do processo

de titulação, não reconhecia o território negro, e que, por isso viabilizou, no passado, a concessão de uso da terra a proprietários não pertencentes ao grupo negro.

As ações da Seafro são feitas em parceria com a FCP, a Seppir e o Incra. A Seafro apóia o processo de titulação e a elaboração de projetos baseados na “sustentabilidade” econômica (artesanato e criação de peixe) como forma de reverter o quadro de quase miséria que a comunidade enfrenta. Essas instituições significam o território como espaço de reprodução cultural.

A Sema, considerando a urbanização desordenada da área, traçou um diagnóstico para recuperação, preservação e uso sustentado da Ressaca (Maciel, 2001). Diagnóstico elaborado após a aprovação da Lei 455, de 22 de julho de 1999, que dispõe sobre a delimitação e o tombamento das áreas de Ressacas como patrimônio natural. Contudo, em tal diagnóstico não consta referências à comunidade negra, pois ele tem a finalidade, tão somente, de evidenciar a necessidade de preservação do local pelo seu valor paisagístico e como forma de encaminhar propostas para proteger o meio ambiente.

O Iepa, em parceria com a Sema lançou, em 2003, o “Diagnóstico das Ressacas do Estado do Amapá: Bacias do Igarapé da Fortaleza e Rio Curiaú”. O objetivo desse diagnóstico foi pesquisar os problemas sociais e ambientais, que direta ou indiretamente estão relacionados ao modelo de ocupação da Ressaca e, sobretudo, proporcionar “ações públicas integradas” dentro de uma gestão ambiental planejada (Takiyma e Silva, 2003). Contudo, não consta nenhuma informação sobre o território da comunidade negra.

A Sema e o Iepa trabalham com a visão de que a Ressaca é patrimônio natural, desconhecendo ou ignorando a possibilidade da comunidade negra guardar tradições fundadas na ancestralidade. Por isso eles viabilizam ações e projetos que, de certo modo, passam despercebidos pela comunidade, pois não a estimulam para o diálogo.

O conflito pela definição político-institucional do território coloca a Seppir, a Seafro e o Incra como responsáveis pela garantia do direito étnico e pela demarcação e titulação do território remanescente de quilombo e a Sema, ao lado do Iepa, como responsáveis pela política ambiental e pelos estudos, com espaços de interferência delimitados e com critérios de competências diferentes. A posição de cada segmento, de certa forma, freia o processo de demarcação do território quilombola e inviabiliza a definição dos limites da área da Ressaca. Processo que corrobora para o avanço da especulação imobiliária e da degradação da Lagoa. Isso demonstra na prática um descompasso entre as ações do próprio Estado nos níveis estadual e federal e na forma e desconhecimento da ação de ambos.

Dessa forma, trata-se de uma divergência quanto aos usos do território que implica diferentes critérios de demarcação. Abrange também divergências quanto às representações e significados dados ao território, que são diferentes para os agentes político-institucionais envolvidos.

2) *Conflito pelo regime de propriedade do território*

Na Comunidade Lagoa dos Índios, percebe-se o conflito relacionado à disputa de poder, provocado pelas desconfianças e defesa de

interesses divergentes entre a AMNCLI e AMCLI por terem divergentes visões sobre o regime de propriedade do território.

Primeiramente, o conflito instaurado entre as duas entidades baseou-se no discurso da legitimidade de quem poderia movimentar o processo de demarcação e titulação das terras da comunidade. Como decorrência, observou-se que existem dois processos encaminhados ao Incra, desde 2002: o processo encaminhado pela AMNCLI (nº 01420.000072/2002-49) e processo em tramitação na Procuradoria da República no Estado do Amapá e na Procuradoria Geral da República em Brasília (nº 1.1200000025/2003-98).

A AMNCLI, a partir de orientações da FCP, organizou e encaminhou a documentação exigida para o processo de Identificação, Reconhecimento, Delimitação e Titulação das Terras Ocupadas em Território Quilombola da Comunidade Lagoa dos Índios. Dessa forma, a AMNCLI reivindicou sua legitimidade para movimentar o processo de demarcação e para dialogar com: grupos e entidades do movimento negro; órgãos públicos (FCP, Incra, Sema, Seafro, Seppir); empresas (em especial aquelas instaladas ao longo da rodovia Duque de Caxias) e com proprietários de terrenos dentro da comunidade.

Contudo, a AMCLI não se sente representada e não concorda com as ações da Associação de Mulheres Negras. Esse conflito coloca em antagonismos os presidentes das duas associações, dividindo os moradores sobre qual associação tem legitimidades para encaminhar o processo de demarcação das terras da comunidade. Isso contribui para acirrar “diferenças”, tensões e conflitos que atravessam o grupo. Percebe-se que as posições antagônicas das duas associações estabelecem claramente a

disputa pelo poder dentro da comunidade, dividindo os moradores.

Há interesses divergentes entre os dois grupos, com claras diferenças sobre o regime de propriedade desejado no território: os que querem o uso comunal e os que preferem uma forma de propriedade individual. A disputa de poder é para efetivar uma dessas alternativas que vai incidir na organização territorial do grupo, nas suas práticas socioterritoriais e na possibilidade de acesso e uso dos recursos naturais.

O efeito da disputa de poder tem reflexo direto nos mecanismos de alianças entre a AMNCLI e AMCLI e, de certa forma, gera fissuras internas, assim como quebra de solidariedade e mobilização da comunidade para reverter o quadro adverso em que está inserida, influenciando a falta de desenvolvimento local e a resolução dos conflitos no território da comunidade.

Evidencia-se que o conflito diz respeito a diferentes visões do uso do território, uma vez que existe uma estratégia coletivista e outra mais individualista. Cada uma tem implicações quanto à maneira como se organiza a comunidade em termos materiais e repercute na construção simbólica das práticas sociais a serem reproduzidas, já que se trata da forma como se representa e materializa a vida social no território.

3) *Conflito pela ocupação do território*

O conflito é produto da ocupação das áreas pertencentes aos remanescentes de quilombo; por invasão da área de matas ciliares da Ressaca (cuja vegetação serve de refúgio para a biodiversidade e compõe a cadeia trófica da região), pelas constantes queimadas e destruição do espaço pelas edificações e pelo

aumento de atividades modernizantes no local por parte de agentes econômicos.

As contradições entre as atividades das empresas, dos conjuntos residenciais e as práticas tradicionais da comunidade negra, no entanto, têm sua face mais expressiva quando se trata da degradação da Lagoa, principalmente na área reservada para proteção da mata ciliar e disponível para pesca; e a deposição de lixo (residual), aterramento e erosão, visíveis a partir das práticas cotidianas. A forma de utilização dos recursos na Lagoa dos Índios obedece à lógica de valorização do capital, refletindo-se sobre a qualidade de vida do grupo quilombola, retificando e reproduzindo desigualdades, conflitos e contradições. Os empreendimentos empresariais e mobiliários investem em lucros imediatos, porém, despreocupam-se com a possibilidade de gerar recursos duradouros por meio da valorização do enorme potencial ambiental e cultural da área, além de não gerar emprego e renda para a comunidade local.

As empresas subtraíram espaços que eram de domínio comunitário há mais de dois séculos, introduzindo mudanças nos padrões, práticas e estratégias de sobrevivência tradicionais e estabeleceram como alternativa a venda de terrenos para terceiros, na perspectiva da especulação imobiliária.

Assim, o conflito é pelas divergentes formas de apropriação do território e uso dos seus recursos, entre os agentes econômicos e sociais. A comunidade vê seus espaços reduzidos e substituídos por espaços privados, e os investidores a consideram um "obstáculo" a ser removido, mas a comunidade se nega ao deslocamento pelas pressões da ocupação de seu território reafirmando sua identidade quilombola e redefinindo a relação que institui

com o local. A dimensão simbólica da luta fica evidente nos diferentes sentidos atribuídos ao objeto dessa disputa de hegemonia – o território da Ressaca – e explicitados pelos agentes. Para as empresas, a Lagoa dos Índios é espaço de empreendimento, e o debate sobre seu uso envolve “problemas de custo”. Diferente dessa, é a visão de mundo construída pelos moradores remanescentes de quilombos. Na luta simbólica pela legitimidade da posse do território, os moradores (re)criam o mundo (e as relações) e conferem uma nova dimensão (e qualidade) à disputa pela forma socialmente reconhecida (e aceita) de apropriação da Lagoa. Para a comunidade, a Lagoa é parte componente da própria identidade cultural, associada à sua forma de vida. Assim, qualquer percepção diferente dessa desqualifica sua significação original e desloca o sentido histórico que tem a Lagoa para essa população.

4) *Conflito pelas falhas na gestão territorial dos agentes político-institucionais*

Esse tipo de conflito é motivado pela ausência de planejamento por parte dos órgãos responsáveis pelo ordenamento territorial e pela fiscalização e monitoramento ambiental. As ações de órgãos como a prefeitura são quase ausentes, tanto para a comunidade negra como para a população de seu entorno.

A falta de planejamento institucional e de políticas urbanas para o território da Ressaca, pelo órgão municipal, possibilitou o aumento do número de construções e atividades comerciais, isso contribuiu para fragilizar o ambiente.

Nas políticas urbanas voltadas para a Ressaca, o balanço entre o uso público e o privado pende para o lado privado, e a lógica de

mercado exerce sua hegemonia sem ser submetida ao controle público. Com isso ocorreu um agravamento da desigualdade na provisão de moradias e na distribuição territorial de equipamentos e serviços. Na Lagoa, a exclusão da comunidade negra é visível pela falta de acesso a serviços urbanos e sociais básicos como saneamento e saúde. Essa questão demonstra que existe uma tensão entre a garantia de acesso aos recursos do local e os objetivos econômicos privados.

A falta de gestão territorial provocou um intenso processo de especulação imobiliária desde o início dos anos 80 do século XX e favoreceu as ações dos agentes econômicos locais (o capital privado) que expropriaram gradativamente a comunidade negra das suas terras e instalaram novos empreendimentos e conjuntos habitacionais.

A polêmica que se estabelece sobre o processo de expansão urbana e o impacto ambiental causado a Lagoa suscitam duas lógicas opostas: uma instrumentalizada pelos empreendimentos com aquiescência dos órgãos ambientais e, a outra, a lógica da vivência cotidiana da comunidade que presencia a invasão de seu território e os danos constantes provocados pela poluição da área, inclusive depósito de esgoto doméstico e das empresas e de órgãos do Estado.

5) *Conflito por divergências entre os agentes político-institucionais e sociais*

Esse conflito ocorre em torno da disputa pela legitimidade de intervenção no território da Ressaca, provocado pelos interesses divergentes entre sociedade civil e poder público. A ONG “Amigos em Ação”, considera-se uma força capaz de contribuir para o aperfeiçoamento

da democracia relacionada com as ações realizadas na Ressaca e para o atendimento real dos anseios da comunidade, apontando a grande dificuldade que o Estado tem para cumprir seu papel naquele espaço. A ONG coloca-se como a entidade que tem possibilidade de discutir abertamente as questões socioambientais da Ressaca, seja com o poder público, seja com o setor econômico ou com a comunidade.

É nesse sentido que o órgão ambientalista se posiciona, ao procurar mobilizar a sociedade civil, diante dos órgãos do governo e empresas em torno da necessidade de discutir, de forma mais sistemática, os problemas verificados na Ressaca. Nesse sentido, a ONG tem se articulado com órgãos do governo municipal (Semat) e com empresas (Fama), mas ressentese pela falta de um diálogo mais profundo com o Estado para reverter o quadro apresentado pelas ações de diversos agentes causadores de danos ambientais. A ONG defende a legitimidade de uma intervenção, com base na ideia de preservação do patrimônio natural, em nome da conservação do lugar, da preservação de espécies ameaçadas, no âmbito de um processo de gestão.

A ONG coloca-se, também, como o único ator que combate qualquer tipo de atividade de degradação na área. Por isso, o presidente da ONG estabelece a caracterização de cada grupo envolvido na discussão sobre a legitimidade ou não das práticas efetivadas na Lagoa, colocando no centro da polêmica as visões sobre o uso e significados do território, da seguinte forma: local de beleza cênica que ajuda a garantir a realização dos empreendimentos dos agentes econômicos do capital privado; local de apreciação estética e de qualidade de vida para os conjuntos habitacionais; e local de preservação

dos costumes e tradições da comunidade. Contudo, o presidente não refere à forma como conciliar interesses tão divergentes quanto ao uso do território.

Os conflitos tipificados, portanto, apontam para os embates entre diversos agentes dotados de possibilidades diferenciadas para fazer valer suas respectivas visões de mundo e práticas materiais decorrentes, que definem os usos que efetivamente se fazem do território.

Considerações finais

A ocupação da área da Ressaca Lagoa dos Índios, pelo menos há 20 anos, tem-se tornado um problema crítico para a comunidade negra ali residente, pois os danos não são apenas ambientais, mas também culturais. Os novos agentes presentes na área da Ressaca trazem consigo os vetores da chamada modernidade que, pela sua intensidade, causam transposições e deslocamentos culturais e materiais, bem como conflitos sobre o uso e acesso aos recursos naturais. Portanto, a imposição de estratégias territoriais, visíveis a partir dos vários problemas socioambientais enfrentados, tem constituído uma grande ameaça para a área da Ressaca e para a continuidade da comunidade negra no seu território.

Atualmente, essas questões têm sido motivo de debate entre diversos agentes: de um lado, órgãos governamentais, responsáveis pela preservação ambiental e cultural da área da comunidade negra (agentes político-institucionais); de outro, ONG's e a própria comunidade (agentes sociais) e os agentes econômicos, com seus empreendimentos e negócios, assim como os especuladores

imobiliários. Essa classificação possibilita identificar as ações e as visões de mundo que giram em torno dos elementos que constituem a disputa pela mesma base territorial dos recursos (Acselrad, 2004).

Dessa forma, o conflito ambiental urbano expresso a partir das ações apresentadas pelos diferentes agentes presentes na área da Lagoa expõe uma dada compreensão do mundo. Percebem-se nitidamente diferenças de poder no interior do campo em que estão inseridos. Na luta em torno do território da Lagoa, cada grupo tenta impor sua visão de mundo procurando legitimar suas representações da realidade, para assim garantir a continuidade da sua forma

de apropriação dos recursos e, portanto, de uso do território. Contudo, é interessante frisar que os grupos possuem formas de ação diferentes e que cada um procura utilizar a seu favor os elementos materiais e simbólicos à sua disposição, de acordo com o lugar que ocupam no espaço dessas relações. Só que as assimetrias de poder e os interesses conjunturais determinam o rumo e, até, o desfecho das ações que, dessa maneira, favorecem os agentes mais poderosos. Portanto, considera-se que as políticas públicas urbanas e ambientais e os agentes institucionais devem assumir posições menos omissas e mais justas para com os agentes sociais com direitos legítimos sobre esses territórios.

Gloria Maria Vargas

Doutora em Geografia, Professora Adjunta da Universidade de Brasília. Brasília/DF, Brasil.
yoya@uol.com.br

Cecília Maria Chaves Brito Bastos

Formada em História, mestre em Desenvolvimento Sustentável, professora da Universidade Federal do Amapá. Macapá/AP, Brasil
cc.bastos@uol.com.br

Notas

- (1) Denominação regional para ecossistema típico das zonas costeiras nos municípios de Macapá e Santana. É uma bacia natural de acumulação hídrica para onde se destinam as drenagens pluviais; dominada pela vegetação de buritizais e pela floresta de várzea ao logo do curso d'água; serve como corredor natural de vento e influencia o microclima da cidade (Takiyama e Silva, 2003).
- (2) Esta Carta encontra-se nos autos do processo nº 54350.000348/2004-98, no INCRA/AP, que prevê a "Identificação, Reconhecimento, Delimitação, Demarcação e Titulação de Terras Ocupadas".

- (3) O acesso à área da comunidade é feito pela rodovia Duque de Caxias (km 9 da AP 20), próximo ao Instituto Penitenciário do Amapá (Iapen), na altura do km 4. Nesse local inicia-se o ramal do Goiabal, como é popularmente conhecido pelos moradores.
- (4) Conforme Penna (2003), a ação presente, os interesses, a cobiça e mesmo as representações atribuídas a essa parte do território têm relação com o valor dado ao que está ali presente.

Referências

- ACSELRAD, H. (org.). (2004). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro, Relume Dumará/Fundação Heinrich Böll.
- BANDEIRA, M. de L. (1990). Terras Negras: invisibilidade expropriadora. *Textos e Debates*. Florianópolis, NUER, ano I, n. 2, pp. 7-23.
- COELHO, M. C. N. (2005). "Impactos ambientais em áreas urbanas – teorias, conceitos e metodologia de pesquisa". In: GUERRA, A. J. T. e CUNHA, S. B. da (org.). *Impactos ambientais urbanos no Brasil*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- COSTA, H. S. M. e BRAGA, T. M. (2004) "Entre a conciliação e o conflito: dilemas para o planejamento e a gestão urbana e ambiental". In: ACSELRAD, H. (org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro, Relume Dumará/Fundação Heinrich Böll.
- GOMES, F. S. (1999). "Fronteiras e Mocambos: o protesto negro na guiana brasileira". In: GOMES, F. S. (org.). *Nas terras do cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira, Séculos XVIII-XIX*. Belém, Editora Universitária/UFPA.
- HAESBAERT, R. (2004). *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialização*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- LITTLE, P. (org.). (2001). "Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política". In: BURZSTYN, M. (org.). *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro, Garamond.
- MACIEL, N. C. (2001). *Ressaca: ecossistema úmido costeiro do Estado do Amapá. Diagnóstico Preliminar. Propostas de Recuperação, preservação e uso sustentado*. Macapá, SEMA.
- MONTE-MÓR, R. L. M. (1997). "Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental". In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de e SILVEIRA, M. L. (orgs.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo, Hucitec.
- OLIVEIRA, M. A. T. e HERMANN, M. L. P. (2005). "Ocupação do solo e riscos ambientais na área conurbada de Florianópolis". In: GUERRA, A. J. T. e CUNHA, S. B. da (org.). *Impactos ambientais urbanos no Brasil*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- PENNA, N. A. (2003). "Fragmentação do ambiente urbano: crises e contradições". In: GOUVÊA, L. A. C. e PAVIANI, A. (orgs.). *Brasília: controvérsias ambientais*. Brasília, Editora Universidade de Brasília.
- PORTO, J. L. R. e COSTA, M. (1999). A área de livre comércio de Macapá e Santana: questões geoeconômicas. *O Dia*, Macapá.

SANTOS, M. (1994). *Técnica, espaço e tempo*. São Paulo, Hucitec.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. (2001). *O Brasil, território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro, Record.

TAKIYAMA, L. R. e SILVA, A. Q. da (orgs.). (2003). *Diagnóstico das Ressacas do Estado do Amapá: Bacias do Igarapé da Fortaleza e Rio Curiaú*. Macapá-AP, CPAQ/Iepa e DGEO/Sema.

VEIGA, J. E. (2003). *Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas, Autores Associados.

Texto recebido em 30/ago/2012

Texto aprovado em 8/out/2012